ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Aos vinte e um dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e trinta minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Para registrar e informar ao pessoal da manifestação, esta Casa, como Casa da Democracia, aprovou, inclusive, a fala do presidente da Fetems, que está aqui hoje e vai falar, vai fazer as reivindicações, democraticamente. Os deputados, como sempre, estão empenhados em ser parceiros, fazendo aquilo que é possível. Quero fazer um comunicado, deputado Paulo Corrêa, por decisão de Vossa Excelência, a partir de hoje, estamos trocando os equipamentos, inclusive, pode ocorrer algum problema, especialmente, com o pessoal da imprensa. Todos os equipamentos que tratam do nosso sistema de wi-fi da Casa, todos os rádios serão substituídos com frequência de wi-fi 6.0; com 2.4, 5 e 6 gigahertz e as entregas dos equipamentos começarão a partir de hoje. O sinal e a velocidade vão, finalmente, condizer com a inovação e a modernidade da Assembleia Legislativa. Reiterando, os equipamentos, hoje, começam a ser instalados. Quero fazer um comunicado e um convite para a Fetems, viu, Jaime Teixeira: a Assembleia Legislativa já decidiu e teremos a nossa festa junina no dia 22 de junho. Há uma comissão, junto com os servidores, que vai fazer a festa junina junto com a sociedade organizada, atendendo às entidades. Será um trabalho dos servidores, uma festa dos servidores, para as entidades assistenciais, no dia 22 de junho e já tem uma equipe organizando. Quero, ao abrir esta Sessão, dizer que é fundamental que dediquemos um momento para fazer uma reflexão, pois, hoje é uma data muito importante, é o Dia Internacional da Síndrome Down, celebrado no dia 21 de março, uma data instituída pela ONU desde 2012. Nesta Casa, temos instituído políticas públicas muito voltadas para as necessidades especiais, para as pessoas especiais, e, aqui, queremos registrar o dia 21 de março como o Dia Internacional da Síndrome Down. Está registrado. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para a leitura da ata da sessão anterior e já convido o deputado Paulo Corrêa para assumir a presidência.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados, servidores, servidoras e aposentados aqui presentes. Sejam bem-vindos à Assembleia Legislativa, que é a Casa de vocês. *"Ata da Décima Sétima Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos vinte dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e trinta e um minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro-segundo secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária.* ***PEQUENO EXPEDIENTE*** *– Lida e aprovada a Ata de número Vinte da Décima Sexta Sessão Ordinária.*

Não houve expediente a ser lido. ***SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE*** *– Usaram da palavra os deputados Paulo Corrêa, Pedro Kemp, Zeca do PT, Caravina, Antonio Vaz, Pedrossian Neto, Renato Câmara e Roberto Hashioka. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Junior Mochi, Lidio Lopes, Paulo Duarte e Lia Nogueira.* ***GRANDE EXPEDIENTE*** *– Usou da palavra o deputado Pedro Kemp.* ***ORDEM DO DIA*** *– Foi aprovado, em discussão única e votação nominal, o Projeto de Decreto Legislativo nº 1/2024, de autoria da deputada Mara Caseiro. Foi aprovado, em primeira discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 160/2023, de autoria do deputado Junior Mochi. O senhor presidente incluiu, a pedido, uma indicação, de autoria do deputado João Henrique. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Gerson Claro, endereçada aos familiares de Antônio Albuquerque dos Santos; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Professor Rinaldo, endereçada aos familiares de José de Magalhães Felipe; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Lia Nogueira, endereçada ao senhor Osmar Pereira Bastos, pelos quarenta anos de carreira como jornalista; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Lia Nogueira, endereçada à professora Eva Elise Domingos dos Santos Bumlai, diretora da Faculdade Insted, pela realização do Segundo Encontro de Mulheres Empreendedoras (Mulheres à Frente: Reinvenção da Era Digital); requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Paulo Corrêa, endereçada ao Conselho Regional dos Corretores de Imóveis da 14ª Região (Creci/MS), pelos quarenta e cinco anos de fundação e atuação no estado de Mato Grosso do Sul, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do nosso estado; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Coronel David, endereçada aos policiais militares, subtenente André Luiz Rodrigues Alves, cabo Rafael Gonzaga M. de Almeida e cabo Marcelo Frisoli, pelo reconhecimento em razão da apreensão de uma quantidade significativa de drogas, armas e munição; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Coronel David, endereçada à Polícia Militar Ambiental de Mato Grosso do Sul e ao seu comandante, tenente-coronel Cleiton Douglas da Silva, em virtude do aniversário de trinta e sete anos de criação da Polícia Militar Ambiental de Mato Grosso do Sul; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada à empresa Plastfort Distribuidora de Embalagens Ltda., pelos seus dezoito anos de atividades em Dourados; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada à empresa Avila da Cruz e Cia Ltda., em celebração aos seus trinta e nove anos; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada à Comagran Produtos Agroindustriais, por ocasião de seus quarenta anos de dedicação e sucesso no desenvolvimento agrícola da região; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada à empresa Mirim Calçados Ltda. pelos nove anos de atividades em Dourados, completados neste dia 24 de janeiro de 2024; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Coronel David, endereçada ao policial militar, cabo Lucas Ramos de Oliveira, pelo reconhecimento por salvar a vida de uma mulher que se afogava no rio Paranaíba, no município de Paranaíba; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado João Henrique, endereçada à Polícia Militar Ambiental de Mato Grosso do Sul que, no dia 19 de março de 2024, comemora seus trinta e sete anos de existência e de relevantes serviços prestados à comunidade e ao meio ambiente; requerimento de moção de aplauso, de autoria do deputado Coronel David, endereçada ao senhor Francisco José Delmondes, carinhosamente conhecido como "Tico da Ambulância", em razão dos relevantes serviços prestados na Secretaria Municipal de Saúde de Rio Verde de Mato Grosso; requerimento, de autoria do deputado Paulo Corrêa, solicitando o uso da tribuna na Sessão Ordinária do dia 26 de março de 2024, para o pronunciamento da senhora Sumara Leal, vereadora do município de Cassilândia e da senhora Rhaiza Matos, prefeita do município de Naviraí, com objetivo de discorrer sobre "Violência de gênero na política", tendo em vista os recentes episódios de violência sofrido pela autoridade; requerimento, de autoria do deputado*

Pedro Kemp, solicitando o uso da tribuna para o representante da Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul, professor Jaime Teixeira; requerimento de informações, de autoria da deputada Lia Nogueira; indicações, de autoria dos deputados Antonio Vaz, Renato Câmara, Coronel David, Lia Nogueira, Lucas de Lima, Junior Mochi, Marcio Fernandes, Neno Razuk, Zeca do PT, Pedro Kemp, Jamilson Name, Professor Rinaldo, Caravina e João Henrique. O Senhor Presidente suspendeu a Sessão Ordinária para o uso da tribuna pela doutora Mariana Tomé, para explanar acerca do tema Preservação da Água x Sobrevivência Humana. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata da Sessão Ordinária que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, vinte de março do ano de dois mil e vinte e quatro." Foi lida a ata, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Ia convidar o primeiro-secretário, no caso, estou acumulando a função, a pedido do nosso presidente, Gerson Claro, mas, informo que não há expedientes a serem lidos, senhores e senhoras deputadas. Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Senhor presidente, colegas parlamentares, público presente, quem nos acompanha pela TV Alems e assistentes, bom dia. Pela ordem, senhor presidente. Primeiro, gostaria de cumprimentar o Jaime Teixeira, presidente da Fetems, toda a sua diretoria, todos os aposentados e pensionistas aqui presentes. É muito bom ver esta Casa cheia; como foi bem dito pelo nosso presidente, é a Casa de vocês, é importante a participação de vocês aqui, acompanhando as sessões. Com relação à pauta, estamos aguardando, senhor presidente, não sei se chegou o projeto. Falando como membro da comissão, que já se reuniu com o governo do estado em três oportunidades, com a SAD, o governo apresentou o primeiro projeto, que não foi aceito pela comissão e pelos demais parlamentares. Estamos aguardando a chegada de um novo projeto, mas, vocês podem ter certeza de que esta Casa vai debater, vai discutir — não é, deputado Pedro Kemp? — e vai, com certeza, melhorar aquilo que chegar até aqui para atendê-los no que for possível. Como disse em outras oportunidades, com responsabilidade, entendendo os limites e entendendo a questão orçamentária, mas, também, lembrando que precisamos dar uma resposta positiva a todos vocês que estão aqui, esta classe trabalhadora que dedicou anos de sua vida em prol de Mato Grosso do Sul. Contem conosco. Hoje, no Pequeno Expediente, trago uma indicação. Indico à Mesa, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à superintendente da Regional Norte/Centro-Oeste do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), senhora Lea Bressy Amorim, com cópia ao gerente executivo, senhor Raimundo Martins Pereira Ruiz, solicitando providências para designar médico perito, de forma permanente, para a agência da Previdência Social, no município de Nova Andradina — o deputado Roberto Hashioka está aqui também —, tendo em vista o significativo crescimento da população e o consequente aumento de demandas, fazendo com que o atendimento dos usuários seja cada vez mais ágil e eficiente naquela localidade. Trata-se de pleito encaminhado pelos moradores do município, por meio da vereadora Márcia Lobo, que, há tempos, solicitam a presença de médico perito na agência do INSS, visando promover a melhoria do atendimento prestado pela autarquia previdenciária. O crescimento da cidade e o

aumento substancial da população resultaram em uma crescente demanda de atendimentos, sendo certo que a presença de um médico perito de modo permanente é fundamental para avaliação laboral dos assegurados que procuram benefícios previdenciários, tendo em vista que esses profissionais são responsáveis por analisar a condição de saúde do cidadão, verificando se os assegurados estão aptos ou não para exercer atividades profissionais. A atuação do médico do INSS no município contribuirá para que os munícipes não precisem se deslocar para outras cidades, o que poderia gerar gastos e significativa demora, causando enormes prejuízos, sobretudo para a população de baixa renda e indivíduos que possuem dificuldade de mobilidade. A presença de médico perito na cidade é fundamental para assegurar que os direitos sejam respeitados e para garantir a sustentabilidade do sistema previdenciário como um todo, haja vista que desempenha papel de extrema importância na proteção social e na promoção da justiça e equidade. É uma pauta importante, o médico perito é necessário e Nova Andradina é uma das maiores cidades do estado e precisa ter esse olhar diferenciado. Lógico que todos os municípios precisam ter um médico perito do INSS e a gente sabe da dificuldade com relação à quantidade de profissionais dessa área, mas, Nova Andradina é um polo da região do Vale do Ivinhema e não pode ficar sem esse profissional atendendo permanentemente àquela população. Por hoje, era só isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente e colegas parlamentares. Encaminho expediente deste Poder Legislativo ao senhor Eduardo Riedel, governador do estado de Mato Grosso do Sul, com cópia ao senhor Hélio Peluffo, secretário de estado de Infraestrutura e Logística, solicitando a realização do asfaltamento de trechos em ligações de rua que já estão asfaltados no município de Taquaruçu. A proposta em questão visa atender à solicitação encaminhada ao nosso gabinete pelo senhor Paulo Sérgio e a presente proposta de finalizar as obras e asfaltamento nas ruas que estão incompletas irá fornecer uma infraestrutura viária mais consistente e segura. É uma questão importante, que pode afetar a qualidade de vida dos residentes e a segurança das crianças; além de tornar mais fácil os serviços públicos como coleta de lixo, transporte público e serviços de emergência. Encaminho expediente deste Poder Legislativo ao senhor Eduardo Riedel, governador do estado, com cópia ao secretário do estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antonio Carlos Videira, solicitando a aquisição de uma viatura radiopatrulha e o aumento de efetivo no município de Inocência. Essa proposta foi encaminhada diretamente ao nosso gabinete parlamentar pela senhora Mariene Garcia. A presença visível da polícia e patrulhamento frequente são conhecidos por dissuadirem a atividade criminosa em uma área e ter mais uma viatura de radiopatrulha dedicada à comunidade permitirá uma resposta mais rápida a incidentes e a chamadas de emergência. Os moradores se sentirão mais seguros e protegidos, o que pode melhorar a qualidade de vida e o bem-estar emocional da população. Senhor presidente, é só.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Correa - PSDB) — Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, para apresentar uma indicação deste poder ao senhor Hélio Queiroz Daher, secretário de estado de Educação, solicitando medidas urgentes para regularizar o fornecimento da merenda escolar na Escola Estadual Dom Aquino, localizada no município de Amambai. Senhor presidente, pela ordem!

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, acho que temos que dar uma satisfação para todos os aposentados e pensionistas que estão presentes nesta Sessão. Temos que sempre agir com muita transparência, porque as pessoas que vieram do interior do estado e as que também são da capital têm o direito de receber as informações que esta Casa tem para repassar. Foi feita uma comissão de deputados — Caravina, Pedrossian Neto e eu — e estivemos com o governo várias vezes negociando uma situação para aliviar o pagamento desses 14% por parte dos aposentados e pensionistas. Nós, da Assembleia Legislativa, recebemos um grupo de aposentados, quase toda semana, durante todo o ano passado e ficamos muito sensíveis a essa causa. O governo está abrindo uma negociação com essa comissão de deputados e tivemos a oportunidade de discutir várias propostas. O governo apresentou uma primeira proposta, que recusamos de imediato e fizemos outros estudos, estivemos fazendo contas para ver o impacto financeiro etc. Uma coisa que temos que deixar claro — e a nossa comissão já colocou para o governo do estado —, é que não queremos discutir a situação dos aposentados e, ao mesmo tempo, discutir a situação do Fundo de Previdência do Estado! São duas coisas separadas. Essas pessoas que estão aqui não são responsáveis pelo rombo da Previdência de Mato Grosso do Sul. Elas não são responsáveis! Quando dividiu o estado de Mato Grosso, foi criado o Previsul e, naquela época, descontava-se 6% dos servidores e os governos não depositaram esse dinheiro para garantir as aposentadorias. Então, uma coisa é a situação dos aposentados que estão reivindicando a revisão dos 14% e a outra coisa é do Fundo de Previdência do Estado. A informação que recebemos é que o governo do estado está encaminhando uma proposta, hoje, para a Assembleia Legislativa votar, de um abono de trezentos reais para quem ganha até dois salários mínimos e meio. E é importante dizer que a nossa comissão — e os demais deputados com quem já estivemos conversando, inclusive com o presidente da Assembleia — não vai aceitar essa proposta do governo. Como disse o deputado Caravina, queremos melhorar essa proposta e a Casa vai se debruçar em cima dessa situação. Com certeza, vamos entregar uma outra proposta para o governo do estado, porque, essa, que está vindo, não vamos votar. Era isso, senhor Presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o nobre deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente, quero...

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — No Pequeno Expediente, deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente, quero...

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Para apresentar umas...

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Ah, bom. Então não é no Pequeno... Com a palavra, pela ordem, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Apenas para apresentar uma moção de congratulação às pessoas que vieram aqui lutar, os aposentados que estão sentindo na pele os reflexos dessa alíquota gigantesca, que está trazendo prejuízo para os aposentados e pensionistas em Mato Grosso do Sul. Quero dizer que fui um dos únicos parlamentares que, quando instituído, não concordei, desde o princípio, com a instituição dessa alíquota. Agora, o governo do estado já entende que há necessidade de revogar. Então, que a revogação seja total, para todo mundo. Essa vai ser a nossa briga, a nossa luta! Porque, dinheiro há. Temos feito as nossas cobranças, temos mostrado a quantidade de renúncia fiscal, são mais de cinco bilhões de renúncia fiscal todos os anos. Dinheiro há, basta saber cobrar e vocês estão exigindo bem. Parabéns! Rendo minhas homenagens, meus cumprimentos, contem comigo.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Encerrado o **Pequeno Expediente**. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Antonio Vaz: duas indicações (Prot. nºs 00727/2024, 00728/2024). De autoria do deputado Coronel David: nove indicações (Prot. nºs 00734/2024, 00735/2024, 00736/2024, 00741/2024, 00745/2024, 00747/2024, 00748/2024, 00740/2024, 00744/2024); uma moção de congratulação (Prot. nº 00738/2024); um projeto de lei (Prot. nº 00718/2024); duas moções de aplauso (Prot. nºs 00737/2024, 0739/2024). De autoria do deputado João Henrique: uma indicação (Prot. nº 00746/2024). De autoria do deputado Caravina: uma indicação (Prot. nº 00725/2024). De autoria da deputada Lia Nogueira: quatro indicações (Prot. nºs 00726/2024, 00731/2024, 00730/2024, 00729/2024). De autoria da deputada Mara Caseiro: duas indicações (Prot. nºs 00749/2024, 00750/2024). De autoria do deputado Neno Razuk: um projeto de lei (Prot. nº 00733/2024). De autoria do deputado Pedro Kemp: uma indicação (Prot. nº 00743/2024). De autoria do deputado Renato Câmara: três indicações (Prot. nºs 00719/2024, 00720/2024, 00722/2024); uma moção de congratulação (Prot. nº 00721/2024). De autoria do deputado Zé Teixeira: uma indicação (Prot. nº 00724/2024). De autoria do deputado do Zeca do PT: um requerimento (Prot. nº 00668/2024).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado Antonio Vaz. Transferida. Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Caravina. Transferida. Com a palavra, o deputado Lidio Lopes. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Vossa Excelência disporá de trinta minutos, deputada.

DEPUTADA CLEICE JANE (PT) — sem revisão do orador — Bom dia, senhor presidente, nobres colegas, público presente, meu povo, aqui, hoje, presente, aposentados e aposentadas, servidores e servidoras públicas da educação e de outros

segmentos. Venho falar exatamente sobre a pauta que está no Plenário, que é a pauta dos aposentados. Senhor presidente, venho para dizer o seguinte: este público que está aqui vem fazer uma reivindicação, uma luta justa e necessária. Como disse o deputado Pedro Kemp, essa pauta não é problema dos servidores e das servidoras, porque eles dedicaram uma vida pelo serviço público, dedicaram uma vida na defesa e no atendimento às pessoas do estado de Mato Grosso do Sul e, no momento em que se aposentam, eles passam a ter prejuízo, porque, governos anteriores... E o presente também não está apresentando proposta de solução para a Ageprev. Precisamos, neste momento, fazer uma avaliação muito séria do que está acontecendo na Previdência do Estado de Mato Grosso do Sul. O que acontece, hoje, é resultado da ausência de políticas dos governos anteriores. E esse governo, que se propõe a ser um gestor, precisa apresentar propostas de solução para o momento atual e, também, para o momento futuro. O problema que hoje se apresenta, os aposentados pagando 14%, pode se agravar se não tiver alternativas. Eu me preocupo, porque, também sou servidora pública. Se não tivermos soluções agora, eu posso nem ter uma previdência futuramente e isso tem me assustado bastante neste momento. Os aposentados têm situações gravíssimas que precisam ser pensadas. Queremos isenção total, não temos que discutir isso, mas, por que queremos essa isenção? Porque quando a pessoa se aposenta, é quando ela já dedicou uma vida; é quando está num processo de tratamento de saúde pessoal ou tratamento de saúde da família. Acabei de conversar com uma aposentada que retrata a situação do irmão que está doente, precisando de atendimento público no Hospital Regional, que já entrou na Justiça para o estado cumprir com as suas obrigações de atendimento e o estado não está garantindo saúde para as pessoas da família. E essa não é a situação só dela. Tenho escutado diversas pessoas com doenças graves que precisam entrar na Justiça para ter atendimento à saúde em tratamentos caros. Essa é a realidade do povo sul-mato-grossense que não tem atendimento. Recentemente, conversei com uma médica que atende as crianças que têm problemas de alergia ao leite, que até os dois anos de idade não tem... O estado não está fornecendo um alimento básico para uma criança. A família tem que entrar na Justiça para poder atender essa criança...

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Deputada...

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — É uma situação que acomete todas as famílias do estado de Mato Grosso do Sul. Como disseram em uma palavra de ordem: "Aposentados importam e suas famílias também". Precisamos pensar na política para o aposentado e para aposentada a partir da necessidade que essas pessoas têm. Quero dizer que — já disse na semana passada e vou repetir novamente — o governo do estado de Mato Grosso do Sul precisa apresentar um projeto de estado, um projeto para o governo poder sanar esses problemas. E a solução para isso está nas chamadas de concurso. Hoje, o sistema educacional da rede estadual atende apenas um terço da educação no estado de Mato Grosso do Sul, o resto é atendido pelas prefeituras. Temos experiências de gestões da previdência que até agora não fizeram a sua reforma, como é o caso do PreviD, de Dourados. Sabem qual é a diferença do PreviD? Nenhum governo discute os recursos do Previd, sem a aprovação dos servidores. Quando o servidor toma conta do seu recurso, ele tem competência e consegue trabalhar bem. Esse é um exemplo para a gente seguir. Até agora não teve a reforma. Em Dourados, as professoras aposentam com cinquenta anos e vinte e cinco anos de trabalho; essa é a

realidade de lá. Ninguém paga 14% e ninguém paga nenhuma porcentagem. Então, temos exemplos que deram certo e que precisam ser olhados. Agora, o governo do estado do Mato Grosso do Sul... Estou falando da educação, que é a minha área e que estou estudando, mas, tenho certeza de que outras áreas também passam pela mesma situação, porque vejo os municípios assumindo todos os serviços públicos e o estado se ausentando; inclusive, na segurança pública tenho observado isso. A gente percebe que, no município de Dourados, que é o meu município, que estou acompanhando de perto, mais de mil crianças, este ano, estavam fora da sala de aula e a Rede Estadual de Ensino nos últimos anos não tem construído escola. A rede que apenas conta com um terço da educação também tem mais de 60% dos funcionários, dos trabalhadores, que são contratados e está cheia de terceirizados. Não há previdência que tenha sucesso e que sobreviva com um governo que não efetiva o seu quadro.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Um aparte, deputada?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Pois não, deputado.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Deputada, eu poderia, simplesmente, ficar sentado na minha cadeira, vendo a manifestação, mas, costumo me importar com a postura de quem fala aquilo que entende ser importante e que esteja dentro de uma coerência. Concordo que a situação da previdência do estado precisa ser discutida, precisa ser tratada, só que nós temos, também, que — e não estou fazendo uma defesa do governo, estou fazendo aquilo que acredito, eu sou servidor público e sou aposentado — pensar a previdência em 2065, o que aconteceu no passado vai ter que ser discutido, as falhas que houve durante o período da previdência, o que a gente pode colocar dentro dessa previdência... Só um minutinho... Só que nós precisamos resolver o problema imediato. A situação dos aposentados, principalmente daqueles que ganham menos, que têm o menor salário, é um assunto que precisa ser discutido a curto prazo, porque, se continuarmos discutindo previdência, não vamos conseguir resolver a curto prazo. A maioria dos que estão nos procurando são aqueles que têm os menores salários e precisam melhorar sua condição. E isso nós vamos fazer nesta Casa. Agora, o que eu quero dizer para vocês... Presidente...

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Quero garantir a palavra do orador que está na tribuna. Vamos respeitar, vamos ouvir todos...

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Só para concluir. Não estamos dizendo que não é importante discutir a previdência, estou dizendo que esta Casa vai receber um projeto que precisa ser discutido agora, muito mais urgente do que o que vamos propor para equalizar a previdência. Lembrando, deputado Londres Machado, que o senhor conhece muito bem isso. Precisamos ter responsabilidade com o futuro do pagamento das pensões e das aposentadorias. Vamos trabalhar para defender o que for melhor para vocês, quando o projeto chegar aqui. Podem ter certeza disso. Era essa a minha contribuição.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Deputado Caravina, o senhor nos traz uma situação... Acho que a gente precisa considerar o passado, presente e o futuro. Houve erros no passado e quem está no presente não tem nenhuma responsabilidade

sobre esse passado. A solução para o presente é isenção imediata, é nisso que temos que trabalhar, mas, temos que considerar que, realmente, existe um futuro e, para garantir a isenção, o governo tem que apresentar um projeto de governo e de estado, que contemple a questão dos servidores ativos. E, imediatamente, precisa apresentar as chamadas dos aprovados em concurso público, apresentar editais de concursos em todas as áreas que estão precisando [de novos servidores]. Na educação, são mais de 60% de contratados. Há hospital que está sendo construído e estão dizendo que será instituída OS [Organização Social], que é terceirização. Não! Terceirização, não! Estamos cheios de servidores do estado, administrativos, que estão terceirizados e toda essa política influencia diretamente no futuro da previdência. Se estivermos pensando e cuidando da previdência a longo prazo, é preciso que o governo realmente assuma a sua responsabilidade como gestor e assuma um projeto que, realmente, garanta a previdência no futuro. É sobre isso que precisamos pensar e, para encerrar aqui a minha fala, quero dizer que quando a gente luta é porque a gente tem uma vida e esse povo não se mobilizou à toa. Hoje, não estava no meu plano estar aqui, em Campo Grande; iria acompanhar a Sessão em Dourados, mas, quando vi a mobilização do meu sindicato dizendo que hoje era dia de luta, imediatamente eu falei: é com o meu povo que eu quero estar. Estou aqui para dizer que essa luta é nossa; contem conosco, porque, temos, como parlamentar, que fazer a defesa de um estado, porque política de estado não pode ser política de governo. Sabemos que, hoje, a previdência é resultado das políticas de governo e nós temos que ter política de estado para o serviço público no estado de Mato Grosso do Sul e para a previdência. Obrigada.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, deputada. Pela ordem...

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Já terminou o pronunciamento, deputado. Pela ordem para a Mesa Diretora?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Eu gritei ali para fazer um aparte a Vossa Excelência, mas a senhora não escutou; por isso, interpelei a palavra pela ordem. Queria fazer um aparte em sua fala. Vossa Excelência me concede o aparte? Queria complementar a sua fala, cumprimentando-a pela ponderação e pela coerência. Quero dizer que a instituição desses dantescos, perigosos e injustos 14% aos aposentados são reflexos de administrações, são reflexos de leis que passaram por este Parlamento, que permitiram o saque de mais de trezentos e quarenta e quatro milhões de reais, na época, do MSPrev. São reflexos de leis, por meio das quais entregamos mais de um bilhão em títulos de precatórios, de depósitos judiciais, ao governo do estado. São reflexos de leis que são aprovadas nesta Casa e de informações que não são passadas para esta Casa como, por exemplo, mais de cinco bilhões de reais que são concedidos para incentivos fiscais a empresários que sequer sabemos se estão cumprindo com esses incentivos, gerando a receita proposta. Faço este aparte, porque muitas vezes a justificativa é que não se tem dinheiro, que não se tem recurso, mas, na verdade, são más escolhas que são feitas com a concordância do Parlamento que, muitas vezes, não entende que quem vai sofrer, quem vai pagar a conta é o contribuinte, é o aposentado, é a população do estado de Mato Grosso do Sul. Então, gostaria de cumprimentar a fala de Vossa Excelência, porque caminha bem dentro daquilo que nós temos que fazer que é a desoneração de todas as faixas setoriais imediatamente! Foi

assim que nós votamos quando instituíram os 14% e acredito que, se Vossa Excelência estivesse aqui, estaria também ao nosso lado cobrando essa injustiça com os aposentados. Parabéns mais uma vez. Desoneração plena e total! O estado tem condições de fazer isso. Ele suporta, desde que nós, deputados estaduais, donos do orçamento do estado, tenhamos vontade de resolver por completo esse problema. Parabéns!

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Obrigada, deputado João Henrique. Incorporo sua fala e, desde já, digo que precisamos, realmente, fazer um grande debate sobre o estado de Mato Grosso do Sul e convido vocês também que estão presentes para fazermos uma avaliação séria sobre o estado e pensarmos o projeto de estado. A política em Mato Grosso do Sul precisa ser pensada a partir da necessidade do povo e o servidor público é quem atende as pessoas, é quem serve as pessoas. Tem que ser valorizado, tem que ser efetivado e a política tem que ser para atender as pessoas. Um povo que não é valorizado não atende bem a população. Se quisermos uma população bem atendida, é importante valorizar os profissionais. Esse problema de agora, para que não se torne um problema futuro, precisa ser pensado imediatamente. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o deputado Roberto Hashioka. Transferida. Encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o primeiro-secretário sobre o quórum para deliberação.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Há quórum para deliberação, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Havendo quórum para deliberação, passemos aos itens pautados para esta Sessão. Item 1. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 284/2023. Autora: deputada Mara Caseiro. "Institui, no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul, o Dia Estadual da Língua Portuguesa, da Produção Textual e do Desenvolvimento de Habilidades Criativas e o Prêmio Estadual de Concursos de Redação, Campeonatos e Olímpiadas de Língua Portuguesa Senador Ramez Tebet e dá outras providências". O parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação foi favorável por unanimidade ao projeto e à Emenda Modificativa nº 01, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Passo a coletar os votos dos senhores deputados.

Projeto de Lei nº 284/2023, de autoria da deputada Mara Caseiro.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Duarte (PSB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são quinze votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovado o projeto. Vai à segunda discussão. Item 2. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 352/2023. Autor: deputado Professor Rinaldo. Gostaria de solicitar a presença do deputado. Item 3. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 031/2024. Autor: deputado Pedrossian Neto. "Altera o disposto na Lei 3.945, de 4 de agosto de 2010, e dá outras providências". Tem por objetivo disciplinar os critérios e condicionar a apresentação de projetos de lei, que pretendam inserir datas comemorativas ao Calendário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, por meio de audiências públicas ou de consultas formais aos segmentos interessados. Além disso, deverá ser demonstrada a relevância do tema proposto com relação a pontos de vista político, social, religioso, cultural ou étnico que sejam relevantes para o estado. O parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável por unanimidade

à Emenda Substitutiva Integral nº 01, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Passo a coletar os votos dos senhores deputados.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente, pela ordem!

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Enquanto se conclui a votação, apenas para registrar um pedido de destaque do Requerimento n° 668/24, do item 4, o subitem 2 da subpauta, digamos assim...

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — É da pauta mesmo! Na frente, quando a gente vota...

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Declaração!

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Mas é que a pauta inteira, presidente, tem um subitem.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — É um subitem da pauta!

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Então seria item 4.2, senhor presidente, subitem.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Declaração de voto, presidente!

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Para declarar o voto, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Presidente, vou declarar o meu voto ao projeto de lei do deputado Pedro Pedrossian. Embora eu entenda, acho que consegui captar o objetivo do projeto, que é termos projetos de lei qualificados, mas acho que é um pouco radical na medida em que ele já impede, logo, a apresentação do projeto. Acho que a gente pode, deputado Pedrossian Neto, aprimorar esse projeto no sentido de que não seja impedido a apresentação de um projeto, que pode ser condicionado à aprovação depois, como acontecem com os projetos do governo do estado. O governo encaminha projetos que, às vezes, são de impacto financeiro e não podem ser aprovados, mas, podem ser apresentados. Embora eu entenda que é importante que a gente apresente projetos a partir de uma escuta qualificada das pessoas, porque esse é o nosso papel, de estar aqui e de estar ouvindo. Então, vou votar sim, pela constitucionalidade, mas, desde já, dizendo que esse projeto merece uma discussão, porque, senão, ele impede o Parlamento de apresentar propostas. É isso.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Com a palavra, pela ordem, o autor, o deputado Pedrossian Neto, para declaração de voto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Declaração de voto. Senhor presidente, quero só esclarecer aos colegas deputados que esse projeto de lei não tem por objetivo cercear a capacidade ou a possibilidade dos deputados que compõem o colegiado da Assembleia Legislativa de apresentar projeto de lei criando data comemorativa. O que ocorre, senhor presidente, é que olhando o histórico da Casa no passado, há uma certa banalização da criação de datas comemorativas, de campanhas e muitas vezes: "Mês de cor tal e semana de conscientização tal". Precisamos criar esse instituto da criação de datas, que tem um elevado valor de significação para a sociedade. Então, se vamos apresentar um dia de criação de tal coisa, que possamos ao menos escutar a sociedade, para que apresentemos um projeto que tenha de ser precedido por uma consulta pública. Que possamos fazer uma audiência pública se, por exemplo, eu quiser criar a data de comemoração do Dia do Bombeiro, ótimo! Agora, é importante perguntar para a Corporação dos Bombeiros se eles querem ser homenageados e se querem ser homenageados naquela data. Então, eu acho que esse projeto disciplina a criação de dias comemorativos e a gente economiza um pouco de tempo na Assembleia Legislativa, porque existe essa banalização e há dias que temos cinco ou seis comemorações dentro do mesmo dia! Então, começa a perder relevância. Acho que a gente caminha no sentido de colocar um pouco mais de lógica e de ordem dentro desse processo sem impedir, naturalmente, a criação de uma data comemorativa, que é, sim, um instituto importante para a sociedade sul-mato-grossense. No entanto, não podemos banalizar a criação de datas da maneira como está acontecendo; por isso, peço o voto dos deputados. Muito Obrigado.

Projeto de Lei nº 031/2024, de autoria do deputado Pedrossian Neto.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Duarte (PSB).

Segundo-secretário — Deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Encerrada a discussão. Encerrada a votação. Solicito o resultado ao senhor segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente são dezessete votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovado o projeto. Vai à segunda discussão. Item 4. Em discussão única e votação simbólica. Dois requerimentos... Preservado o destaque feito pelo deputado João Henrique do subitem 2. Dois requerimentos, vinte e cinco indicações e quatro moções de congratulação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Em destaque, o subitem 2.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Apenas para apresentar uma questão de ordem, de prejudicialidade de votação desse requerimento por ausência do autor. Peço a retirada de pauta.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Concordo com a retirada de pauta. Passemos ao item 5. Em discussão única e votação simbólica... Não há moção de pesar a ser aprovada pela Casa. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Há requerimento aprovado pelo deputado Pedro Kemp para que o professor Jaime Teixeira, representando a Fetems, possa falar em nossa

tribuna. Vou suspender a Sessão (10h25min) e convido o professor Jaime Teixeira para fazer uso da nossa tribuna. Vossa Senhoria disporá de quinze minutos, a partir deste momento, nobre amigo.

SENHOR JAIME TEIXEIRA (presidente da Fetems) — Em nome da direção da Fetems, quero cumprimentar o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Gerson Claro, e agradecer por este espaço democrático, que volta a receber as entidades sindicais, que dá voz ao cidadão, ao servidor público. Quero cumprimentar o deputado Paulo Corrêa, que dirige a Mesa e o companheiro Pedro Kemp, que tem acompanhado este debate dentro da Assembleia, na comissão que está debatendo com o governo e, ao mesmo tempo, conversando com o movimento sindical. Quero dizer que é de suma importância este momento para nós, da classe trabalhadora, porque retornamos a este posto, na Assembleia Legislativa, que ficou por mais de dois anos impedido de receber os movimentos sindicais. Acho que a retomada da democracia, a reconstrução da democracia no estado e em nosso País é fundamental para nós, para o diálogo, para progredirmos em nossos debates com respeito, com autoridade, porém, sempre na democracia. Assim, podemos achar melhores saídas. Hoje, estamos aqui com mais de seiscentos companheiros; lá fora, no saguão, há mais de quatrocentos. Companheiros aposentados, pioneiros na formação deste estado. Deputado Londres Machado, nosso decano da Casa, que estava até agora há pouco conosco, sabe — porque foi deputado em Mato Grosso e em Mato Grosso do Sul — que dentre esses quatrocentos, quinhentos companheiros aposentados que estão aqui, estão os pioneiros que construíram a história deste estado. Construíram a história de Mato Grosso do Sul e, construíram também, a história do servidor público de Mato Grosso do Sul. Esses companheiros têm trinta e cinco, quarenta, quarenta e dois anos de serviços prestados ao Mato Grosso do Sul e ao cidadão sul-mato-grossense. Queremos colocar aqui, com todas as letras, que estamos fazendo um grande embate com o governo do estado e a nossa Assembleia Legislativa tem que ser uma parceira — e sei que é — nesse debate. Nós, servidores públicos do Brasil, trabalhadores do Brasil, nos últimos vinte e seis anos, passamos por três grandes reformas na nossa previdência pública, na nossa previdência do Brasil. Dentre essas reformas, a mais agressiva, a mais onerosa, a mais injusta foi a Emenda nº 103, aprovada em 2019. Tivemos a Emenda nº 20, em 1998; a Emenda nº 41, em 2003, mas essa Emenda nº 103, da nossa Constituição, atacou de forma vil o direito dos trabalhadores do Brasil; especialmente, cortando o direito dos companheiros e companheiras do serviço público, mais forte ainda em cima dos serviços públicos. Temos muitos companheiros aqui que... Caravina, o senhor que foi prefeito, foi chefe da Casa Civil, prefeito Bataguassu, sabe que, a partir de 1998, começou um desmonte dos direitos dos previdenciários dos serviços públicos e acabou com essa Emenda nº 103 que, para nós, de Mato Grosso do Sul, foi ainda mais dura que a nacional. Temos doze estados do Brasil, hoje, que não se adaptaram aos 14% em toda a remuneração dos servidores. Há quatorze estados que só cobram previdência dos aposentados deles acima do teto nacional, acima do teto do regime, e não são estados mais ricos que Mato Grosso do Sul, não! Pelo contrário! O Acre, por exemplo, é um desses doze. O Acre não tem uma economia mais forte que Mato Grosso do Sul, mas, lá, os servidores não pagam previdência até o teto de sete mil e oitocentos. Existe a isenção para essa faixa de remuneração. É fundamental lembrar uma coisa triste. O triste dia daquela plenária que aprovou, em 2019 — daquela forma, debaixo de polícia, debaixo da tropa de choque e esta Casa virou uma casa de guerra; o senhor não estava

aqui, deputado Paulo Duarte, foi uma praça de guerra — esse projeto. Tivemos muita sorte, nós servidores públicos e os deputados, porque não houve morte naquele dia, porque houve um campo de batalha quando se aprovou essa previdência. Vocês têm registrada, nos arquivos da TV da Casa, a violência que foi empregada naquela aprovação. Não foi uma provação discutida, debatida amplamente, democrática; foi uma cópia da Emenda nº 103. Foi um "cópia e cola" do que foi aprovado no Congresso Nacional. O que já era muito ruim para os trabalhadores, acabou sendo pior ainda porque avançou em direitos históricos nossos. A gente falava aos deputados, naquela época, que eles veriam o tamanho do prejuízo que a nova reforma de previdência implementada pelo governo anterior traria para o cidadão de todo o estado de Mato Grosso do Sul. É fundamental, para nós, que, dentro desta Casa, tenhamos parceiros para construirmos uma saída para essa situação. Não viemos pedir para o estado pagar a mais a parte dele; não é possível o estado pagar a mais, porque, se aumentar a parte do patrão, vai influenciar nos reajustes para frente: mais contribuição previdenciária por parte do estado, menos reajuste para os servidores. Temos que ter a capacidade de construirmos, juntos, algumas alternativas. Quero ressaltar dois pontos importantes, já citados pela deputada Gleice pelo deputado Pedro Kemp. Até pouco tempo, Paulo Corrêa, quando o senhor ainda era presidente desta Casa, tínhamos, em Mato Grosso do Sul, mais de quarenta e um mil contribuintes da previdência própria. Hoje, temos menos de trinta mil contribuintes. Por que aconteceu isso? O estado diminuiu? O estado encolheu? Pelo contrário, a nossa economia é pujante, a nossa economia é forte, o estado cresceu, nós estamos chegando a três milhões de habitantes. A terceirização do serviço público é responsável por esse problema. Esse déficit de onze, doze mil contribuintes significa que em todas as áreas — educação, saúde e segurança — não há concurso público e, quando há, nomeia-se número insuficiente para cobrir todas as vagas puras. Os terceirizados são culpados disso? Não são culpados, mas, os terceirizados contribuem para a previdência geral, não contribuem para o Previsul [Ageprev]. Quando nos sentamos com a direção do MSPrev e com a Casa Civil para discutir, dizemos que existe um déficit. Existem as causas desse déficit, não só o efeito de não ter dinheiro para pagar os aposentados. A causa é falta de concurso público em todas as áreas. Somos, na educação, hoje, sete mil efetivos e dez mil convocados. Dez mil que contribuem para o regime geral e não para o nosso regime! Aí está a origem do déficit. Na polícia é assim e na saúde está sendo assim. O Estado mínimo, a política de Estado mínimo é antissocial, é corrosiva e mata os aposentados. Esse é um ponto importante. Quero dizer que é fundamental que o governo realize novos concursos públicos e que chame aqueles que estão esperando. Com muita luta, com muita briga, ainda quando o Caravina era secretário de Governo, conseguimos realizar um concurso público que aprovou quase mil e novecentos professores, mas, só mil e cinquenta, até agora, foram chamados. Vamos chamar esses companheiros, vamos botar mais contribuinte na base! Esse é um ponto que, para nós, é importantíssimo ser debatido aqui, quando se debate déficit, quando se debate a questão de por que não pode isentar até o teto os nossos atuais aposentados e os futuros aposentados. Quero lembrar mais uma coisa: quando aparece auditoria com os famosos cálculos atuariais, o primeiro ponto é o ponto vermelho do negativo. Só que as auditorias, com os cálculos atuariais, demonstram para os senhores deputados e para nós, representantes dos trabalhadores, um enfoque maior no déficit, mas, não mostram algumas coisas. As Emendas nº 20, nº 41 e nº 109, todas elas têm uma coisa em comum: foram retirando o direito dos futuros aposentados. Todos os servidores que tomaram posse a partir de primeiro de janeiro de

2004 não aposentarão mais com a integralidade, com a paridade. Os efeitos dessa emenda de 2003, já estão acontecendo nas atuais aposentadorias; nesta década e até 2032, quase 100% dos próximos aposentados não receberão o último salário que têm hoje, porque, não terá mais a paridade. E esse corte foi aprofundado! Até 2019, aposentava-se com 80% das maiores contribuições, mas, tiveram a capacidade, nessa Emenda nº 103, de piorar. Agora, será a aposentadoria de 100% de todas as contribuições e isso vai reduzir em mais de 20% o valor das futuras aposentadorias. Quando se faz a discussão, tem que discutir o déficit que existe, que é antigo, mas, também tem uma folga no orçamento da previdência daqui para frente. Aconteceu um efeito, entre de 2019 a 2022, com aprovação da nova PEC: todos aqueles trabalhadores, servidores públicos que tinham o direito de se aposentar, eles correram para se aposentar. Isso aumentou a despesa da previdência nos últimos dois anos, 2021, 2022 e 2023. Agora, o efeito será o contrário, com a entrada em vigor do fim da paridade para esses companheiros que entraram a partir de 2004, eles se aposentando agora, haverá um alívio nas contas da previdência pública, haverá uma folga, que vai combater o déficit. Não pode ser só em cima dos atuais aposentados, pioneiros que criaram e ajudaram este estado. Temos que, nesses dois minutos, está terminando o tempo, colocar uma questão de ordem importante para nós. Já dissemos, dentro do Fórum dos Servidores, dentro da educação, que não queremos discutir abono para aposentado, na sua contribuição. Queremos a isenção até o teto do regime geral, que é sete mil e oitocentos reais. Essa é a nossa reivindicação. É dentro dessa isenção que queremos trabalhar e — pasmem, deputados — nessa última reforma aprovada aqui, na Lei 82/2019, acabaram com o direito de quem tem doenças graves, as chamadas comorbidades, de ter isenção. Por exemplo, se um dos nossos aposentados, por desventura da vida e da idade, for acometido por um câncer, não terá mais direito! Tínhamos, até 2019, as comorbidades e não se pagava mais a previdência, mas, isso acabou em Mato Grosso do Sul! Em nome da federação dos trabalhadores, em nome dos vinte e três mil trabalhadores que são filiados ao nosso sindicato... Aqui estão todos os municípios do estado... Cada deputado, cada deputada que vai, neste ano, acompanhar as eleições municipais, vai ouvir dos nossos aposentados essa reivindicação. É importante, para nós, construirmos, em tempo, uma solução para nossa atual contribuição previdenciária. Sei que vocês estão empenhados, sei que a comissão, composta pelo presidente da Assembleia, deputado Gerson Claro, pelo deputado Pedro Kemp e pelo deputado Junior Mochi, que foi um dos companheiros que votaram aquele projeto, naquela vez. Há um trabalho sendo feito, esperamos que esse trabalho seja acompanhado e aberto para que as lideranças sindicais também possam dar a sua contribuição. Não queremos dizer: este governo está matando os nossos aposentados. Nós queremos dizer: este estado tem condições de tratar melhor os nossos aposentados, tem condições de isentar, tem condições de determinar que só quem ganha acima do teto pague a previdência. E quanto às demais demandas, queremos construí-las em parceria com os deputados, com a Assembleia, com o presidente Gerson Claro e que possamos... Está encerrando o tempo aqui... Muito obrigado por estarmos em um país democrático, em uma Assembleia democrática, onde os trabalhadores tem a voz. Quero, mais uma vez, agradecer ao deputado Pedro Kemp, que nos abriu essa porta de negociação e repito: o nosso estado tem que entrar no rol desses doze e nós sermos o número treze, que não vai mais cobrar a previdência de quem tem sete mil e oitocentos reais de piso. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Agradeço a sua compreensão do tempo, nobre presidente. Seja sempre bem-vindo a esta Casa. Em nome do presidente Gerson Claro, em nome do deputado Pedro Kemp e das senhoras e senhores deputados, seja sempre muito bem-vindo. Retornemos às Explicações Pessoais (10h40min). Com a palavra, o deputado Caravina. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, deputado Zé Teixeira. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo. Transferida. Encerradas as Explicações Pessoais. Obrigado aos senhores aposentados pela compreensão. Está encerrada a Sessão (10h41min).